



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 15, n. 173, maio 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ O sigilo do orçamento estimativo no Regime Diferenciado de Contratações
Beatriz Meneghel Chagas Camargo
- ◆ Reorganização societária e a possibilidade de manutenção dos contratos administrativos nos casos de cisão, fusão e incorporação
Virgílio Queiroz de Paula, Carulina de Freitas Chagas
- ◆ A contratação direta de artista por inexigibilidade de licitação através de empresário exclusivo. Ausência de prejuízo e ausência de dolo. Falta de justa causa para a ação penal
Gina Copola
- ◆ O que diz o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre contratações públicas envolvendo microempresas
Guilherme Jardim Jurksaitis, Carolina Souza Mariz Maia
- ◆ A gestão, a fiscalização dos contratos administrativos de terceirização e os encargos previdenciários, sob a ótica da Instrução Normativa MPOG/SLTI/DLSG nº 02/2008
Madeline Rocha Furtado
- ◆ Das licitações sustentáveis e dos contratos administrativos e suas características. O princípio do não retrocesso ambiental
Toshio Mukai

Direto ao Ponto

- ◆ Breve análise das parcerias voluntárias
Jaques Reolon, Ludimila Reis

Parecer

- ◆ A possibilidade de contratação ad exitum – Os contratos por desempenho e risco pela Administração Pública
Juliana Picinin

Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação de reforma por convite

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Superior Tribunal de Justiça

Mandado de Segurança – Direito Constitucional e Administrativo – Processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas – Devido processo legal – Comunicação por edital após tentativa de comunicação postal – Artigo 46 da Lei nº 8.443/92 – Sanção de inidoneidade aplicável a particulares por fraude a licitação – Constitucionalidade

◆ Supremo Tribunal Federal

Constitucional – Administrativo – PETROBRAS – Discussão sobre a constitucionalidade da exigência que a sociedade de economia mista vem fazendo por meio de circulares a seus fornecedores de álcool carburante e aos interessados em consigo contratar, com fundamento no dispositivo constitucional – Agravo Regimental provido para dar seguimento ao Recurso Extraordinário

◆ Supremo Tribunal Federal

Controle de Constitucionalidade – Liminar – Concessão – Projeto de lei – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Iniciativa exclusiva – Emenda parlamentar – Desvirtuamento – A ausência de pertinência temática da emenda da casa legislativa a projeto de lei de iniciativa exclusiva – Inconstitucionalidade formal

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Ação Popular – Contratação direta – Organizadora de concurso público – ESAF - Escola Superior de Administração Fazendária – Entidade da Administração Pública criada para a finalidade específica que coincide com o objeto do contrato – Ausência de lesão ao patrimônio público

◆ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Ação Civil Pública – Improbidade administrativa – Ex-prefeito e participantes – Esquema de montagem de licitação fraudulenta e dirigida – Tomada de preços – Convênio com Ministério da Saúde – Construção de unidade básica de saúde – Prejuízo ao Erário – Violação aos princípios da Administração Pública – Dispensa de dano – Prejuízos decorrente de fraude – Sanções compatíveis com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade

Consultas - Tribunais de Contas

◆ Tribunal de Contas do Espírito Santo

Consulta – Licitação – Dispensa – Fracionamento de despesas – Limites previstos no artigo 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 – O mero ultrapassar dos limites no curso do exercício financeiro e por subelemento de despesa não configura, obrigatoriamente, fracionamento de despesas – Necessidade de cautela no uso de suprimentos de fundos – Utilização somente em hipóteses de despesas comprovadamente excepcionais que não podem ser submetidas ao procedimento licitatório ou de inexigibilidade de licitação – Necessidade de análise do caso concreto

◆ Tribunal de Contas da União

Consulta – TCU – Dúvidas sobre: 1) como avaliar o impacto da nova equação econômico-financeira que se instala após a consolidação dos contratos de

arrendamento portuário sobre o prazo da avença unificada, considerando que as respectivas vigências, em geral, se esgotarão em momentos diferentes; 2) limitações para a utilização da extensão do prazo de vigência de contratos de arrendamento portuário para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro – Conhecimento – Resposta ao consulente

Ementário

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Constitucional
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 75)

Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação